

Plataforma catarinense acelera cadastramento ambiental rural

Ferramenta foi lançada pelo governador Jorginho Mello em Campos Novos

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), lançou nesta terça-feira (24), na cidade de Campos Novos, o CAR Digital, nova plataforma para gestão dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) no estado.

A ferramenta vai reduzir em cerca de 90% o tempo de análise dos cadastros.

A partir de agora, os requerimentos, declarações ou cadastramentos que antes eram protocolados e analisados de forma manual, passam a ser 100% digitais e com funcionalidades que vão garantir mais transparência, agilidade nas análises, automatização de etapas, padronização dos fluxos de validação, redução do retrabalho nas análises e geração de dados completos.



Ascom/Semae

Ferramenta dá mais transparência e rapidez aos cadastros

CoperCampos

O anúncio foi feito pelo governador durante a solenidade de abertura da 30ª edição do Show Tecnológico Copercampos. Foram investidos cerca de R\$ 14 milhões em estrutura técnica, de pessoal e no novo sistema (CAR Digital). “

Nada melhor do que fazer esse lançamento aqui na Copercampos. É o governo facilitando a vida de quem produz, de quem gera emprego e renda em Santa Catarina. Um evento tradicional

do nosso estado, que mostra uma das principais qualidades do nosso povo, que é o cooperativismo, a produção rural que tanto nos orgulha e que leva o alimento para a mesa de milhões de brasileiros”, disse o governador Jorginho Mello.

A gestão do cadastro em Santa Catarina é feita por um comitê gestor liderado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (Semae), em conjunto com o Instituto do Meio Ambiente de

Santa Catarina (IMA), Secretaria da Agricultura e Pecuária (Sape), Epagri e Ciasc.

“O lançamento do CAR Digital marca uma mudança estrutural na forma como os Cadastros Ambientais Rurais são analisados em Santa Catarina. Até então, o processo era, em grande parte, conduzido em múltiplas etapas, individualizado e reativo, baseado nas informações autodeclaratórias inseridas pelos proprietários rurais. Essas informações precisavam ser conferidas indivi-

dualmente pela equipe técnica”, explica o secretário de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde, Cleiton Fossá.

Ele acrescenta que o procedimento antigo gerava problemas como dados incompletos, inconsistências técnicas, ausência de documentos pessoais ou do imóvel e erros na delimitação de áreas ambientalmente protegidas.

“Como consequência, os processos acumulavam notificações, sucessivas retificações e elevado retrabalho adminis-

trativo, prolongando significativamente o tempo de análise”, relata Fossá.

Com o CAR Digital, o sistema passa a operar de forma online, integrada e automatizada, adotando uma lógica preventiva desde o momento da inscrição, permitindo o acompanhamento online do andamento pelo proprietário. O resultado do projeto piloto indica que 70% dos cadastros poderão ter suas análises concluídas com o sistema do CAR Digital.

Mais transparência

Um dos principais avanços é a transparência do processo: o proprietário rural passa a visualizar exatamente as mesmas informações ambientais, fundiárias e territoriais utilizadas pelo Estado na análise técnica, incluindo dados sobre áreas consolidadas de uso agropecuário, rios, nascentes, estradas, áreas de vegetação nativa existentes em 2008 e os Cadastros Ambientais Rurais dos imóveis vizinhos.

“Essa plataforma representa um avanço histórico para a agricultura catarinense, com menos tempo de espera e mais segurança nas informações, iremos garantir acesso mais rápido ao crédito”, destaca o secretário de Agricultura e Pecuária, Admir Dalla Cort.

R\$ 375 milhões para alimentos no Paraná

O governo do Paraná e a empresa MBRF anunciaram nesta terça-feira (24) o investimento de R\$ 375 milhões para o fortalecimento da cadeia produtiva de aves e suínos no estado.

O aporte, que é o maior até o momento dentro do Fundo de Investimento Agrícola do Paraná (FIDC Agro Paraná), visa impulsionar a produção de alimentos, ampliar a base de integração e fortalecer a competitividade do agronegócio paranaense.

Fundo

O FIDC Agro Paraná foi criado pelo Governo do Estado e lançado na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo, em abril de 2025.

O objetivo é alavancar até R\$ 2 bilhões para o financiamento de projetos estruturan-

tes no campo, impulsionando o agronegócio com apoio direto ao cooperativismo, à modernização tecnológica e ao fortalecimento da renda em regiões produtoras.

A iniciativa vai combinar recursos públicos e privados e prevê investimentos tanto na expansão e fortalecimento da base de produtores integrados, quanto nas unidades produtivas da companhia.

Do total de recursos, R\$ 300 milhões serão aportados pela MBRF, enquanto que os R\$ 75 milhões restantes contarão com subsídio do governo do Paraná, reforçando o modelo de cooperação entre setor público e iniciativa privada para fomentar a produção e o desenvolvimento regional.



Divulgação/MBRF

Investimento será principalmente para aves e suínos

nado à integração com foco na cadeia de aves e suínos, fortalecendo a atuação de produtores parceiros e ampliando o uso de novas tecnologias no campo.

Os outros 30% serão direcionados a projetos estratégicos nas unidades produtivas da companhia, contribuindo para ganhos de eficiência, produtividade e competitividade.

“Este investimento reforça a solidez da nossa cadeia produtiva no Paraná e amplia nossa contribuição para o desenvolvimento da região”, comenta o CEO da MBRF, Miguel Gualarte.

Governo do Paraná

Parceria

A parceria com a MBRF, empresa fruto da fusão entre Marfrig e BRF, é a terceira fechada dentro desse modelo, que tem o fundo estruturado pela Fomento Paraná, instituição financeira estadual.

“Para o Governo do Paraná é um orgulho consolidar mais essa parceria. É o terceiro FIDC em funcionamento.

Esse sistema ajuda a alavancar novos investimentos no agronegócio, potencializa o nosso PIB e fortalece a posição do estado como supermercado do mundo”, destaca o governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD).

Aves e suínos

A alocação do recurso prevê que 70% do montante seja desti-